

O SISTEMA INSTITUCIONAL, JURÍDICO E JURISDICCIONAL DA UNIÃO EUROPEIA¹

THE INSTITUTIONAL, LEGAL AND JUDICIAL SYSTEMS OF THE EUROPEAN UNION

Dora Resende Alves*

“25 de Março de 1957 é uma data fundamental na História da Europa”

Paul-Henri Spaak

A simples leitura do tema indicado para esta intervenção daria, por si só, para uma prolongada análise quanto à menção actual à União Europeia. Com efeito, até em termos lectivos, a disciplina anual da licenciatura em Direito, Direito Comunitário, deu, com a remodelação do ensino superior² resultante do chamado Processo de Bolonha³ lugar, na Universidade Portucalese Infante D. Henrique, à unidade curricular semestral de Direito da União Europeia. Mas, na realidade, só com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa se passou a poder falar apenas de uma União Europeia⁴ a que ainda se adiciona a Comunidade Europeia da Energia Atómica. Até há pouco, coexistiram a União Europeia que se fundava nas Comunidades Europeias, entretanto reduzidas à Comunidade Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Avançando esta questão, cumpre-me, em reduzida intervenção, focar a estrutura das várias vertentes indicadas: a evolução comunitária, as instituições comunitárias, o *acquis communautaire* e em especial os tribunais criados pelos Tratados porque será esta a realidade mais próxima do público aqui presente, que terá assento em órgãos jurisdicionais.

1. A evolução europeia comunitária

A Paz de Vestefália (Westfalen, na Alemanha) que, em 24 de Outubro de 1648 pela publicação dos Tratados de Münster e Osnabrück⁵, põe fim à Guerra dos Trinta Anos, compreendia cláusulas territoriais, constitucionais e religiosas. Os tratados de Vestefália lançaram as bases de uma organização da Europa Central que subsistiu nas suas grandes linhas até às conquistas da Revolução Francesa e de Napoleão, num sentido de atomização.

Só trezentos anos depois se enfrenta na Europa, por sua própria determinação, uma nova tarefa de integração. Não importa se o ritmo é mais ou menos acelerado se a intenção é firme e a continuidade segura. O compromisso é exigente porque os Estados devem chegar a sacrificar uma parte do que tem sido entendido como domínio exclusivo da sua soberania em prol de um interesse colectivo⁶.

* Mestre em Direito e Professora Auxiliar Convidada da Universidade Portucalese Infante D. Henrique.

¹ O texto corresponde no essencial à palestra proferida no XXIII Curso de Preparação para o Exame de Admissão ao Centro de Estudos Judiciários de 2011 / 2012, em 31 de Janeiro de 2012. Uma versão anterior, prévia ao Tratado de Lisboa, tinha sido proferida no XX Curso de 2008 / 2009, em 16 de Dezembro de 2008.

² Nas premissas do Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 121, pp. 3835 a 3853 que altera e republica o Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março.

³ Com origem na Declaração da Sorbonne de 25 de Maio de 1998 e na Declaração de Bolonha, de 19 de Junho de 1999, subscrita pelos Ministros de 29 países europeus responsáveis pelo ensino superior. O objectivo central da Declaração de Bolonha é o estabelecimento até 2010 de um Espaço Europeu de Ensino Superior, coerente, compatível, competitivo e atractivo para os estudantes europeus e de países terceiros, um espaço que promova a coesão europeia através do conhecimento, da mobilidade e da empregabilidade dos diplomados, de modo a permitir um melhor desempenho da Europa no Mundo e assim contribuir para a concretização da Estratégia de Lisboa.

⁴ Ver artigo 1.º do Tratado da União Europeia tal como alterado pelos artigos 1.º, 2), alíneas a) e b) do Tratado de Lisboa: “A União substitui-se e sucede à Comunidade Europeia”.

⁵ As negociações para chegar à paz tiveram início em 1644 em Münster (Tratado de 8 de Setembro de 1648) e Osnabrück (Tratado de 6 de Agosto de 1648) e demoraram cerca de quatro anos.

⁶ PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á.. “El proceso de integración comunitario ...”. 2007, p. 1.

Foi a geração política de **1950**⁷ que lançou as bases conceptuais do novo processo de integração da Europa ocidental quando os valores do ideal europeísta se fundamentaram num mesmo espírito cultural e civilizacional, enformados pela paz, bom governo e bem-estar sócio-económico dos povos, deixando esse impulso às gerações das décadas seguintes⁸.

Robert Schuman abre caminho com a sua Declaração de 9 de Maio de 1950⁹ apostando decididamente na paz, na liberdade, na justiça e no desenvolvimento equitativo dos povos, marcando o caminho e os limites da futura integração europeia.

Em menos de um ano de negociações, o processo iniciado pela Declaração *Schuman* culmina na assinatura, em **18 de Abril de 1951**, do Tratado de Paris que cria a **Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (C. E. C. A.)**.

Os membros fundadores que aderiram ao projecto e assinaram o Tratado foram: a França (*Jean Monnet* e *Robert Schuman*), a Alemanha (*Konrad Adenauer*), a Itália (*Alcide de Gasperi*), a Bélgica (*Paul-Henri Spaak*), a Holanda (*Joseph Luns*) e o Luxemburgo (*Joseph Bech*)¹⁰. Estes seis países europeus, a “pequena Europa”¹¹, coincidiam, salvo parte da Itália, com a Europa de *Carlos Magno*¹², e formaram o núcleo originário e central de uma nova Comunidade, impulsor do processo de integração europeia.

Em 23 de Julho de 1952, pôs-se em marcha a primeira Comunidade supranacional de carácter económico, primeira etapa do processo de integração europeia, limitada ainda a um mercado comum no sector siderúrgico¹³. O Tratado CECA terminou já a sua vigência ao fim de 50 anos¹⁴, em 23 de Julho de **2002**¹⁵.

Apesar do revés de se seguirem as tentativas e fracassos de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa (C. E. D.), pelo Tratado de Paris de 27 de Maio de 1952, assinado pelos mesmos 6 Estados fundadores da CECA, e de uma Comunidade Política Europeia (C.P.E.), em 9 de Março de 1953, os impulsionadores do processo de integração europeia esforçaram-se por encontrar novos rumos e ampliá-lo. Na Conferência de Messina, na Sicília, em 1 e 2 de Junho de 1955, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 6 países fundadores da CECA decidem o alargamento da integração europeia a toda a economia e no domínio do desenvolvimento da energia atómica para fins pacíficos e aprovam o projecto do mercado comum na chamada “Resolução de Messina”¹⁶.

⁷ *Konrad Adenauer* (1876-1967), chanceler alemão de 1949 a 1963, *Walter Hallstein* (1901-1982), primeiro presidente da Comissão Europeia, reeleito três vezes, *Paul-Henri Spaak* (1899-1972), Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, *Alcide de Gasperi* (1881-1954), Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, *Winston Churchill* (1874-1965), Primeiro-Ministro inglês, *Jean Monnet* (1888-1979) e *Robert Schuman* (1886-1963), Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, entre outros nomes.

⁸ PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á.. “El proceso de integración comunitário ...”. 2007, p. 2.

⁹ O Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, *Robert Schuman*, em Paris (no Quais d’Orsay), numa declaração perante os jornalistas preparada por *Jean Monnet*, propõe a gestão conjunta dos recursos de carvão e do aço da França e da República Federal da Alemanha (R.F.A.) por uma organização aberta a todos os outros países europeus, para pôr fim às guerras entre a França e a Alemanha, cuja rivalidade dera já origem a três guerras.

¹⁰ Estes 3 países: Bélgica, Holanda e Luxemburgo, já tinham estabelecido a Benelux, pensada em 1932 pela Convenção de Ouchy, reafirmada em 1944 e concretizada em 1948, união aduaneira desde 1938 aprofundada pelo Tratado da União Económica do Benelux de 1958 – ver artigos 350.º do TFUE (era o 306.º do TCE) e o já revogado 19.º, n.º 1, do TCEE.

¹¹ *Enrique Moreno Báez apud* PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á.. “El proceso de integración comunitário ...”. 2007, p. 2.

¹² Carlos I, o Grande (742-814), com o Império Carolíngio (século VIII-IX), procura reconstruir o poderio da civilização romana, numa autoridade dividida entre o Imperador e o Papa, o poder político e o poder religioso. Conseguiu-o momentaneamente, estabelecido em Aquisgrão, é sacramentado *Rex, Pater Europae* pelo Papa *Leão III* no dia de Natal do ano 800, mas logo por sua morte (814) o domínio *Europa vel Regnum Carolum* foi dividido pelos seus filhos e pelo Tratado de Verdun, de 843, nasceram três grandes blocos políticos: a França, a Alemanha e a Lotaringia.

¹³ *Enrique Moreno Báez apud* PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á.. “El proceso de integración comunitário ...”. 2007, p. 2.

¹⁴ Nos termos do prazo previsto no artigo 97.º do TCECA, diferente dos artigos 356.º do TFUE (era o 312.º do TCE) ou 53.º (era o 51.º) do TUE.

¹⁵ Ver ALVES, Dora Resende. “50 Anos de Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (C.E.C.A.)” in *Revista Jurídica*. N.º 9. 2002, pp. 127 a 131.

¹⁶ Texto em Parlamento Europeu. *50 Anos de Europa* 2001, p. 36.

Se o êxito da CEEA contribuiu para consolidar definitivamente o processo de integração económica europeia, seguem-se em **25 de Março de 1957** a criação da **Comunidade Europeia da Energia Atómica (C. E. E. A. ou Euratom)**, para o desenvolvimento pacífico da energia atómica, e a **Comunidade Económica Europeia (C. E. E.)**, organização europeia de integração geral, pelos Tratados de Roma, que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1958, com os mesmos países fundadores. A CEEA foi pensada para incentivar a investigação e desenvolver a indústria europeia através da energia nuclear, sempre com fins pacíficos. A CEE surgiu porque as vantagens de um mercado comum não poderiam ser atingidas sem uma cooperação de Estados que assegurasse a estabilidade monetária, a expansão económica e o progresso social¹⁷.

Com os grandes objectivos estabelecidos¹⁸, reafirmou-se a firme vontade de impulsionar a ampliação das Comunidades Europeias, com a consolidação das quatro liberdades económicas básicas – liberdade de circulação de mercadorias, capitais, serviços e trabalhadores – construindo o mercado comum, atingindo a união económica e monetária e seguindo para uma união política no seio da União Europeia. O processo de integração europeia tornou-se na maior garantia para o progresso da paz, liberdade e união entre os povos e nações da Europa¹⁹.

Neste percurso evolutivo até à unidade da **União Europeia** incluem-se os diversos alargamentos das Comunidades Europeias até aos 27 Estados membros actuais:

Tratado de Bruxelas de 22 de Janeiro de 1972

1.º Alargamento: **Reino Unido, Dinamarca e Irlanda**

Tratado de Atenas de 28 de Maio de 1979

2.º Alargamento: **Grécia**

Tratado de Lisboa e Tratado de Madrid de 12 de Junho de 1985

3.º Alargamento: **Portugal e Espanha**

Tratado de Corfu de 23 de Junho de 1994

4.º Alargamento: **Áustria, Suécia e Finlândia**

Tratado de Atenas de 16 de Abril de 2003

5.º Alargamento: **Estónia, Polónia, República Checa, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Malta, Chipre**

Tratado do Luxemburgo de 25 de Abril de 2005

6.º Alargamento: **Roménia, Bulgária**

7.º Alargamento: **Croácia** ²⁰ (a concretizar).

E as necessárias alterações e incrementos ao processo de integração através das revisões aos Tratados institutivos:

- *Acto Único Europeu* em 17 e 28 de Fevereiro de 1986, entrou em vigor em 1 de Julho de 1987 ;
- *Tratado de Maastricht* ou Tratado da União Europeia de 7 de Fevereiro de 1992, entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993, que cria uma nova entidade paralela às Comunidades e nelas fundada: a União Europeia ;

¹⁷ No Relatório Spaak, de 21 de Abril de 1956, dos chefes de delegação do Comité intergovernamental instituído pela Conferência de Messina e dirigido aos Ministros dos Negócios Estrangeiros, presidido por *Paul Henri Spaak*, que iniciara os trabalhos em 9 de Julho de 1955, sobre as possibilidades de uma união económica e no domínio da energia atómica. Texto em Parlamento Europeu. *50 Anos de Europa* 2001, p. 39.

¹⁸ Preâmbulo e artigo 2.º do Tratado da Comunidade Europeia (TCE).

¹⁹ *Enrique Moreno Báez apud PÉREZ SÁNCHEZ*, Guillermo Á. "El proceso de integración comunitário ...". 2007. p. 12.

²⁰ Em 9 de Dezembro de 2011, com a assinatura oficial do **Tratado de Adesão da Croácia** à União Europeia (texto ainda não publicado no Jornal Oficial), tornando-se o 28.º membro em 1 de Julho de 2013, desde que cumpridos os procedimentos de ratificação nos termos do artigo 49.º do TUE.

Este país apresentou o pedido oficial de adesão em Fevereiro de 2003. O Conselho Europeu de 24 de Junho de 2011 aprova a conclusão das negociações de adesão.

Realizado um referendo nacional em 22 de Janeiro de 2012, com um resultado positivo de 67 % dos votos embora com 63 % de abstenção.

- *Tratado de Amsterdão* de 2 de Outubro de 1997, entrou em vigor em 1 de Maio de 1999 ;
- *Tratado de Nice* de 26 de Fevereiro de 2001, entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 2003.

Foi neste contexto que surgiu a Constituição Europeia, que seria uma revisão aos tratados anteriores com uma intenção unificadora dos textos jurídicos num só: o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros, em 29 de Outubro de 2004, em Roma²¹. Ficou previsto um prazo de 2 anos para a sua ratificação por todos os Estados signatários²². A publicação no Jornal Oficial do texto completo da Constituição Europeia com todos os Protocolos e Declarações anexos em 465 páginas aconteceu no JOUE C 310 de 16.01.2005. Porém, não tendo sido ratificado por todos os Estados signatários, o projecto foi abandonado.

Uma última revisão ao direito comunitário originário em vigor surgiu – o **Tratado de Lisboa**²³. O Tratado de Lisboa é uma verdadeira revisão ao Tratado da Comunidade Europeia e ao Tratado da União Europeia. Nessa medida, só pode ser lido com permanente referência aos textos anteriores, aos quais reporta correcções e acrescentos. Suprime, altera e acrescenta muitos artigos. Como tratado de revisão aos anteriores, mantém a dualidade dos tratados principais: o **Tratado da União Europeia** e o Tratado da Comunidade Europeia (este renomeado para **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)**). O Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia foi assinado pelos líderes europeus acompanhados pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros respectivos²⁴⁻²⁵ em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007 e publicado no JOUE C 306 de 17 de Dezembro de 2007 (2007/C 306/01, pp. 1 a 271)²⁶. Acrescem uma multiplicidade de protocolos, declarações e anexos ao Tratado que, com o mesmo valor jurídico²⁷, demonstram quão difícil é tornar consensual um texto, mantendo-se afinal consagradas diferenças radicadas em díspares evoluções históricas dos múltiplos Estados membros da Europa comunitária²⁸.

Apesar de ainda recente, novas alterações aos tratados podem surgir²⁹ numa permanente urgência de manter os textos jurídicos vívidos e eficazes.

²¹ Na Sala dos Horácios e Curiáceos do Capitólio, mesma sala em que fora assinado o Tratado institutivo da então Comunidade Económica Europeia em 25 de Março de 1957. Texto da Constituição Europeia em JOUE C 310 de 16.12.2004.

²² O primeiro país a ratificar o Tratado foi a Lituânia. O segundo foi a Hungria em 20 de Dezembro de 2004. Seguiu-se o primeiro referendo na Espanha em 20 de Fevereiro de 2005. A França e a Holanda pronunciaram-se contra por referendo na Primavera de 2005. O Luxemburgo aprovou por referendo em 10 de Julho de 2005, ficando como o 13.º país a ratificar. Em 5 de Dezembro de 2006, o 16.º país a ratificá-lo foi a Finlândia.

²³ Com esta designação nos termos do próprio artigo 7.º do Tratado de Lisboa.

²⁴ De entre eles seis mulheres, apenas uma delas Chefe de Estado, *Angela Merkel*.

²⁵ Com excepções, nomeadamente do Reino Unido, apenas representado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *David Miliband*, cujo Primeiro-Ministro, *Gordon Brown*, não esteve presente e só assinaria o documento da parte da tarde, e do Chefe de Estado francês, *Nicolas Sarkozy*, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Bernard Kouchner*, mas também do Primeiro-Ministro *François Fillon*.

²⁶ Publicado nas línguas oficiais da CE nos termos do então artigo 314.º do TCE (hoje artigo 55.º do TUE). Depois de rectificações no JOUE C 111 de 06.05.2008, 2008/C 111/18, pp. 56 a 62, foi já publicada versão consolidada no JOUE C 115 de 09.05.2008 (2008/C 115/01). Última rectificação no JOUE L 378 de 27.02.2007, pp. 3 e 4, com publicação no Diário da República n.º 12 de 17 de Janeiro de 2012, Aviso n.º 1/2012 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reproduz esta 5.ª Acta de Rectificação do Tratado de Lisboa (pp. 210 a 212).

Ratificação portuguesa pela Resolução da Assembleia da República n.º 19/2008 e Decreto do Presidente da República n.º 31/2008 de 19 de Maio, DR n.º 96, 1.ª série, p. 2703. Pela Portaria n.º 1624/2007 de 26 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 248, 1.ª série, foi lançada em circulação uma carta inteira comemorativa do Tratado de Lisboa, pelos CTT – Correios de Portugal.

²⁷ Artigo 51.º do TUE. Anterior artigo 311.º do TCE.

²⁸ Como se disse, sem prejuízo de o Direito Comunitário, como direito das Comunidades Europeias, ter cedido lugar ao Direito da União Europeia, o termo “comunitário” continua a ser utilizado, na medida em que o termo europeu nem sempre se mostra adequado. Embora muitas vezes substituída pela expressão “da União” nos Tratados, ainda assim a utilização da palavra “comunitário” continua nos textos e na doutrina. A título de exemplo, a *Declaração* n.º 17 *sobre o primado do direito comunitário* anexa aos Tratados.

²⁹ Falamos de grandes revisões através de tratado, sem prejuízo de serem possíveis pequenas alterações através do procedimento interno da União Europeia como foi o caso da Decisão do Conselho Europeu 2011/199/UE de 25 de Março de

2. As instituições comunitárias

As organizações de Estados, para efectivar o seu desempenho, necessitam de órgãos habilitados para prosseguir os objectivos constitutivos. No caso das Comunidades Europeias e agora da União Europeia, a doutrina utiliza usualmente a expressão instituições.

As organizações de Estados estabelecem no seu acto constitutivo objectivos a atingir, o que só se realizam através do desempenho efectivo de órgãos. Dentre estes, uns terão a seu cargo as tarefas decisórias, executivas, de fiscalização e até judiciais e outros servirão de apoio permanente e logístico. A União Europeia, desde a criação das Comunidades Europeias, não se afastou deste quadro.

As originais três Comunidades Europeias (CECA, CEE e CEEA) inauguraram um conceito de organizações de integração. Cabe aos órgãos representativos da hoje União Europeia – às instituições comunitárias³⁰ – exprimir, no âmbito das respectivas competência e na conformidade do direito comunitário, a vontade destas organizações.

Logo em 1957 na mesma data de criação das duas Comunidades, a então CEE e CEEA, se deliberou proceder a uma fusão institucional. Não se mostrava necessário manter instituições paralelas para cada uma das organizações. Procede-se à fusão orgânica das instituições de controlo das Comunidades: o Parlamento e o Tribunal de Justiça, com a assinatura da “Convenção relativa a certas Instituições comuns às Comunidades Europeias”³¹.

A fusão das instituições foi meramente orgânica e não funcional. Cada uma delas manteve as competências próprias que lhes são atribuídas por cada um dos Tratados³².

Um pouco mais tarde, em 8 de Abril de 1965, é assinado o Tratado *Merger*, o acordo que institui a fusão dos órgãos executivos das três Comunidades: o Conselho e a Comissão³³. Este Tratado entrou em vigor em 1 de Julho de 1967³⁴.

Hoje funcionam o Conselho, a Comissão, o Parlamento e o Tribunal de Justiça da União Europeia, numa afirmada unidade³⁵. Estes dois actos cessaram entretanto a vigência dos seus termos, por força do artigo 9.º do Tratado de Amesterdão, mas o seu conteúdo permanece.

Surge o princípio do equilíbrio institucional, como sucedâneo do princípio clássico da separação de poderes, sendo certo que a União Europeia dispõe apenas das competências atribuídas pelos Tratados. E nisso reside essencialmente este princípio³⁶ – cada instituição está obrigada a agir dentro da sua esfera de competências. Trata-se de assegurar o mútuo respeito interinstitucional dos poderes conferidos pelos Tratados, evitando qualquer invasão ou violação de competências de uma instituição por outra, prevendo-se um sistema de recursos para que a instituição afectada possa defender-se da violação do seu âmbito de competências.

2011, JOUE L 91 de 06.04.2011, pp. 1 e 2, que alterou o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro, aditando um n.º 3, seguindo o procedimento do artigo 48.º, n.º 6, do TUE.

Decisão ratificada por Portugal pelo Decreto do Presidente da República n.º 25/2012 e pela Resolução da Assembleia da República n.º 9/2012 de 9 de Dezembro de 2011, ambos publicados a 2 de Fevereiro, no Diário da República n.º 24, pp. 568 e 569.

³⁰ Quando nos referimos aos cinco órgãos que ocupam a posição dominante. CAMPOS, João Mota de. *Direito Comunitário*. Vol. I, 8.ª ed., 1997, p. 132.

³¹ Ver artigo 13.º do TUE. Antigos artigo 7.º do TCE e artigos 7.º do CECA e 3.º do CEEA.

³² Funciona o princípio das competências por atribuição: artigos 5.º, n.º 1 e 2, e 13.º, n.º 2, do TUE e 1.º, n.º 1, do TFUE.

³³ Seguindo, no que diz respeito à Comissão, a ideia lançada em 13 de Setembro de 1959 por *Pierre Wigny*, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica. O Conselho chegara a um acordo de princípio em 23 e 24 de Setembro de 1963 e fixa a composição da Comissão única em 18 de Setembro de 1964. Foi parcialmente revogado pelo artigo P do Tratado da União Europeia de 1992.

³⁴ Textos em CAMPOS, João Mota de. *Direito Comunitário*. IV Vol. pp. 339 e 345.

³⁵ Artigo 13.º do TUE.

³⁶ Começou por não estar expresso mas consagrado na jurisprudência, Acórdão *Meroni* Alta Autoridade, de 13 de Junho de 1958, Proc. 9/56, p. 44.

Ora, o respeito do equilíbrio de poderes entre as instituições é um valor constitucional essencial dentro do ordenamento jurídico comunitário, uma meta político-constitucional: a limitação do poder³⁷.

Há quem tente encontrar uma correspondência entre as instituições comunitárias e os órgãos de soberania nacionais, na medida em que exerceriam poderes que correspondem àqueles, vendo no Conselho e na Comissão os órgãos de direcção que dispõem de um poder autónomo de decisão e no Parlamento e Tribunal os órgãos de controlo. Mas não é tão simples assim³⁸, embora se possam encontrar:

- órgãos de direcção política;
- órgãos de direcção, decisão e execução; e
- órgãos de controlo.³⁹

Genericamente:

- O PARLAMENTO EUROPEU representa os interesses dos povos dos Estados membros e participa do processo legislativo;
- O CONSELHO representa os interesses dos Estados membros e tem poderes legislativos e alguns de execução;
- A COMISSÃO EUROPEIA representa os interesses próprios da Comunidade e tem funções executivas, participando do processo legislativo;
- O TRIBUNAL DE JUSTIÇA representa a defesa do Direito e da Justiça na ordem jurídica comunitária, garantindo a sua interpretação uniforme;
- O TRIBUNAL DE CONTAS examina e fiscaliza as contas, a totalidade de receitas e despesas da União⁴⁰.

3. As fontes de direito comunitário

As fontes de direito comunitário reflectem a juventude deste ramo do direito, com pouco mais de 50 anos⁴¹, e dos Tratados que criam as Comunidades Europeias resulta uma nova ordem jurídica, com uma finalidade própria e independente da dos Estados membros, mas que com esta se relaciona, com uma dupla origem convencional e unilateral⁴².

A ordem jurídica comunitária caracteriza-se pela sua autonomia⁴³. Resulta do direito internacional, porque foram os Estados soberanos e independentes a criar as organizações de Estados europeus que constituíram as três Comunidades Europeias (a CEEA desde 1951 e até 2002, a CEEA e a renomeada CE desde 1957) e a União Europeia desde 1992, paralelamente até 2009, unificando e substituindo a Comunidade Europeia ainda a par da CEEA. Com o mesmo poder procederam, ao longo dos anos, a alterações a esses tratados institutivos, através de novos tratados com esse fim de revisão e da entrada de novos membros através de tratados de adesão e ainda outros actos dispersos de alteração. Mas esta ordem jurídica própria resulta hoje maioritariamente de fonte unilateral: do direito adoptado pelos próprios

³⁷ *El proceso de constitucionalización de la Unión Europea – de Roma a Niza*, Celso Cancela Outada, Universidade de Santiago de Compostela, 2001, pp. 354 a 358.

³⁸ CAMPOS, João Mota de. *Direito Comunitário*. Vol. I, 8.ª ed., 1997, p. 133.

³⁹ CAMPOS, João Mota de. *Direito Comunitário*. Vol. I, 8.ª ed., 1997, p. 131.

⁴⁰ ALVES, Dora Resende. “Uma instituição relevante: o Tribunal de Contas” in *Maia Jurídica Revista de Direito*, Associação Jurídica da Maia, Ano VI, Número 1, Janeiro-Junho de 2008, pp. 81 a 88.

⁴¹ Comparando-o com a primeira lei escrita de direito romano, a Lei das Doze Tábuas, do século V a.C. e que esteve em vigor cerca de dez séculos, do século V a.C. até ao século VI d.C. e dela resultam princípios jurídicos ainda hoje reconhecidos numa boa parte dos direitos internos dos Estados membros actuais da UE.

ALVES, Dora Resende. *Noções Gerais de Direito Romano e os Povos Primitivos da Península Ibérica*. Centro de Cópias da Universidade Portucalense. Policopiado, Junho de 2011, 91 páginas.

⁴² CAMPOS, João Mota. *Manual de Direito Comunitário*. 5.ª ed., 2007, p. 279.

⁴³ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito Comunitário*. 2008, p. 13.

órgãos da União, que foram construindo todo o acervo que constituiu hoje o direito comunitário. De entre actos previstos expressamente nos Tratados a outros que resultam da prática desses mesmos órgãos, o *acquis communautaire* é hoje um impressionante bloco jurídico. Ainda, outras fontes resultantes do *ius tractuum* e de princípios gerais de direito completam-no.

4. Os tribunais comunitários

O conhecimento do Direito da União Europeia é cada dia mais necessário porque os juizes e procuradores nacionais desempenham um papel crucial para garantir o respeito da legislação da União Europeia⁴⁴, num momento em que quase 70 % da legislação nacional é já influenciada pelo direito europeu, segundo dados do Parlamento Europeu⁴⁵.

O universo jurisdiccional comunitário (artigo 13.º TUE) é constituído pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)⁴⁶ (artigos 19.º TUE e 251.º a 281.º do TFUE) e pelo Tribunal de Contas (artigos 285.º a 287.º do TFUE), que fiscaliza as contas da União⁴⁷.

Se para exercer todas as competências jurisdicionais comunitárias foi criado inicialmente um único Tribunal de Justiça, que apresenta todas as características de um verdadeiro tribunal, jurisdição permanente, independente e de competência obrigatória⁴⁸, o considerável aumento do número de processos no Tribunal de Justiça deu lugar, nos finais dos anos 80, à criação de um outro nível de jurisdição. Foi criado um Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias (TPI)⁴⁹, hoje renomeado Tribunal Geral (TG), que apesar da designação inicial nem sempre têm competência de primeira instância e tem mesmo competências de recurso.

A criação do hoje TG não foi suficiente para acabar com os problemas quantitativos enfrentados pelo então TJCE. Ainda que ambas as jurisdições cumpram a sua missão de forma globalmente satisfatória tendo em conta as dificuldades específicas de tradução em todas as línguas oficiais⁵⁰, os sucessivos alargamentos e o melhor conhecimento do direito comunitário europeu por parte dos profissionais do direito e dos cidadãos tornam necessárias novas soluções – a criação de câmaras jurisdicionais específicas com competência para conhecer certas categorias de litígios. Foi então sugerida e pensada a criação de um órgão jurisdiccional específico para julgar os litígios entre as então Comunidades e os seus agentes⁵¹, fazendo parte integrante da instituição Tribunal de Justiça, sem excluir o acesso de recurso ao TG. Foi criado, em 2005, o Tribunal da Função Pública da União Europeia⁵².

Desde há anos que a preocupação com a tendência para um desequilíbrio estrutural na capacidade para os órgãos jurisdicionais comunitários lidarem com o aumento de processos pendentes tem sido declarado pelo TJUE e esse assunto mantém-se actual, com a importância

⁴⁴ Resolução 2008/C 299/01 do Conselho (JOUE C 299 de 22.11.2008, p. 1).

⁴⁵ Conferência proferida pela Prof.^a Dr.^a Alessandra Silveira, com o título “A protecção jurisdiccional dos direitos fundamentais na União Europeia”, em 10 de Dezembro de 2008, no Auditório da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

⁴⁶ Anterior Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE), renomeado pelo Tratado de Lisboa, mas mencionado normalmente apenas por Tribunal de Justiça.

⁴⁷ Este não figurava no elenco originário de instituições. Foi o Tratado de Bruxelas de 22 de Julho de 1975 que instituiu o Tribunal de Contas das Comunidades Europeias, para entrar em vigor em 1 de Junho de 1977, instituição que substitui a Comissão de Fiscalização da CEE e da Euratom e o Revisor de Contas da CECA. A reunião inaugural teve lugar em 25 de Outubro de 1977, no Luxemburgo.

⁴⁸ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, p. 224.

⁴⁹ Pela Decisão que institui o Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, Decisão *sui generis* do Conselho 88/591/CECA, CEE, Euratom de 24 de Outubro de 1988 (JOCE L 319 de 25.11.1988, pp. 1 a 8) entretanto revogada pelo artigo 10.º do Tratado de Nice.

⁵⁰ Artigo 55.º do TUE.

⁵¹ CAMPOS, João Mota e CAMPOS, João Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu*. 2010, p. 198 e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, p. 241.

⁵² Decisão do Conselho 2004/752/CE, Euratom de 2 de Novembro de 2004 (JOUE L 333 de 09.11.2004, pp. 7 a 11), tendo em conta a previsão dos então artigos 225.º-A e 245.º do TCE.

crescente do direito comunitário na vida quotidiana dos cidadãos e das empresas da União e na actividade dos órgãos jurisdicionais nacionais⁵³.

Com o Tratado de Lisboa manteve-se a previsão da criação de secções de competência especializada, mas a designação altera-se de “câmaras jurisdicionais” para “tribunais especializados” (artigos 19.º do TUE e 257.º do TFUE).

Existe já um contencioso relativo à marca comunitária⁵⁴, cujo registo se efectua no Gabinete da Marca, estabelecido em Alicante, de cujas decisões se pode recorrer para o TG, e que já atinge um volume de várias centenas de processos por ano com recurso possível das resoluções adoptadas pelos órgãos do Gabinete de Harmonização do Mercado Interior relativos à marca comunitária desde 1993⁵⁵. Na verdade, foram já criadas algumas câmaras de recurso (*Boards of Appeal* ou *Chambres de Recours*), em outras matérias como a protecção das variedades vegetais desde 1994, a segurança aérea desde 2002 e ainda as patentes comunitárias que asseguram garantias de objectividade na via administrativa de recurso, mas que não são parte do mapa jurisdicional comunitário. São órgãos administrativos especializados na resolução de reclamações interpostas pelos interessados contra actos comunitários em matérias especializadas, cujos actos são passíveis de recurso de anulação nos termos do artigo 263.º do TFUE. Não pode porém antecipar-se a eventual criação de outros tribunais especializados⁵⁶.

Hoje, o Tribunal de Justiça da União Europeia inclui o próprio Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral e tribunais especializados, que se mantém apenas o Tribunal da Função Pública (artigo 19.º, n.º 1, TUE).

Contudo, para além destes órgãos, surgem-nos os tribunais nacionais como tribunais comuns de aplicação do direito comunitário na medida em que o direito comunitário é dotado de efeito directo em muitas das suas normas⁵⁷ (artigo 19.º, n.º 1, § 2.º, TUE).

A correcta aplicação do direito comunitário depende então em larga medida dos sistemas judiciários nacionais, do que deriva a necessidade existente na UE de dispor de uma formação de alto nível para os profissionais da justiça. O conhecimento desta matéria por parte dos juízes, magistrados do Ministério Público e também advogados foi desde sempre essencial para a correcta aplicação da legislação comunitária. E a formação judiciária é por isso hoje um objectivo de primordial importância na UE, que se apoia nomeadamente na Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ) criada em 2000 pelas instituições nacionais responsáveis pela formação judiciária. Esta constitui um importante instrumento e alia-se a outros organismos de dimensão europeia que intervêm na formação judiciária⁵⁸, onde se insere o papel das universidades⁵⁹.

Procurando-se acautelar a “unidade” do ordenamento comunitário⁶⁰ surge como mecanismo fundamental da cooperação judiciária entre o direito interno e o direito comunitário o sistema do reenvio prejudicial, que tem por finalidade fornecer aos órgãos jurisdicionais nacionais o meio de assegurar uma interpretação e uma aplicação uniformes do direito da União Europeia em todos os Estados membros. O processo prejudicial assenta na colaboração entre o Tribunal de Justiça e os juízes nacionais e nesse âmbito incumbe ao Tribunal de Justiça fornecer uma interpretação

⁵³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *El futuro del sistema jurisdiccional ...* 1999, p. 1.

⁵⁴ Ver a Directiva 2008/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Outubro no JOUE L 299 de 08.11.2008, p. 25.

⁵⁵ RODRÍGUEZ IGLESIAS, Gil Carlos. *El Tribunal de Justicia y la reforma institucional de la Unión Europea*. 2000, p. 3.

⁵⁶ LÓPEZ, Fernando Ramón. La vías de consolidación de la planta orgánica del contencioso comunitario. 2007, pp. 567 a 572.

⁵⁷ COSTA, José Cardoso da. “O Tribunal Constitucional português e o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias”, pp. 1365 e 1370.

⁵⁸ O Instituto Europeu de Administração Pública (IEAP) desde 1992 em Maastricht (www.eina.nl); o Centro Europeu da Magistratura e das Profissões Jurídicas no Luxemburgo; a Academia de Direito Europeu ou Europäische Rechtacadémie (ERA) desde 1992 em Trier (www.era.int).

⁵⁹ Comunicação da Comissão Europeia COM(2006) 356 final, pp. 2 e 6.

⁶⁰ COSTA, José Cardoso da. “O Tribunal Constitucional português e o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias”, p. 1376.

do direito comunitário ou pronunciar-se sobre a sua validade procurando uma resposta útil para a resolução do litígio, embora a aplicação do direito à situação de facto que está em discussão no processo principal incumba ao juiz nacional, tal como previsto no artigo 267.º do TFUE. O órgão jurisdiccional nacional deve expor em que medida a interpretação solicitada é necessária para proferir a sua decisão ou indicar as razões pelas quais considera que o acto comunitário poderia ser inválido, sendo a qualidade de órgão jurisdiccional interpretada pelo Tribunal de Justiça como um conceito autónomo de direito comunitário. A apresentação de uma questão prejudicial acarreta a suspensão da instância no processo nacional até à decisão do Tribunal de Justiça⁶¹.

É assim ao Tribunal de Justiça que cabe a última palavra em matéria de direito da União Europeia nos termos do artigo 19.º, n.º 1, do TUE. Não está previsto no Tratado⁶² um mecanismo sancionatório para o não-reenvio, mas é possível chegar-se à responsabilização do Estado⁶³ através de uma acção por incumprimento nos termos dos artigos 258.º a 260.º do TFUE⁶⁴. A jurisprudência do Tribunal de Justiça tem, desde 2003, densificado as condições ou pressupostos da responsabilidade do Estado-juiz por violação do direito da União Europeia. Através de acórdãos ainda recentes, o Tribunal de Justiça alargou, explicitamente, o princípio da responsabilidade do Estado à actividade jurisdiccional, a fim de salvaguardar os direitos dos particulares decorrentes das obrigações que o direito da União Europeia impõe aos Estados membros. Não resta qualquer dúvida quanto à admissibilidade da responsabilidade do Estado membro pelo exercício de funções jurisdicionais que implique violação do direito da União Europeia, tal como resulta do princípio da lealdade europeia consagrado no artigo 4.º, n.º 3, do TUE. E a obrigatoriedade de reenvio cria direitos para os particulares cuja violação é susceptível de responsabilizar o Estado⁶⁵.

A competência do Tribunal de Justiça da União Europeia inclui três grandes vertentes: o controlo da legalidade da acção das instituições europeias, o controlo do cumprimento pelos Estados membros das suas obrigações através dos processos por incumprimento e a competência prejudicial⁶⁶. Abrange, nos artigos 258.º a 281.º do TFUE:

- recursos de declaração ou simples apreciação:
 - contencioso de interpretação
 - acção ou reenvio prejudicial
 - contencioso de legalidade
 - acção por incumprimento
- fiscalização da legalidade dos actos das instituições comunitárias:
 - recurso de anulação
 - excepção de ilegalidade
 - acção por omissão
- contencioso de plena jurisdição
 - impugnação de sanções pecuniárias impostas pela Comunidade
 - recursos de funcionários e agentes contra as Comunidades
 - acções instauradas em virtude de uma cláusula compromissória

De acordo com os Tratados, o TJUE exerce essencialmente funções judiciais ou contenciosas, interpretando e aplicando o direito comunitário originário e derivado. Mas também exerce competência consultiva antes da conclusão de acordos internacionais nos termos

⁶¹ Nota informativa do Tribunal de Justiça 2005/C 143/01, pp. 1 a 4.

⁶² É possível encontrá-lo previsto o direito interno alemão.

⁶³ Aconteceu já em processo de 2003 da Comissão contra a República Italiana, pela insistência em não reenviar.

⁶⁴ Conferência proferida pela Prof.ª Dr.ª Alessandra Silveira, com o título “A protecção jurisdiccional dos direitos fundamentais na União Europeia”, em 10 de Dezembro de 2008, no Auditório da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

⁶⁵ Ver estudo em SILVEIRA, Alessandra. “A responsabilidade do Estado-juiz ...” 2008.

⁶⁶ RODRÍGUEZ IGLESIAS, Gil Carlos. *El Tribunal de Justicia y la reforma institucional de la Unión Europea*. Abril, 2000, p. 2.

do artigo 218.º, n.º 11, do TFUE⁶⁷. O pedido de parecer é facultativo, mas, uma vez pedido, torna-se vinculativo.

Outra forma de caracterizar as suas funções será como jurisdição constitucional, administrativa, cível, laboral, responsável pela interpretação uniforme e de tribunal internacional⁶⁸.

A UE fornece apoio financeiro para a formação judiciária que reconhece como um desafio fundamental na criação do espaço judiciário europeu, mas a organização dessa formação é sobretudo da responsabilidade dos Estados membros a quem cabe integrar plenamente a dimensão europeia⁶⁹. Os sistemas jurídicos e judiciários dos Estados membros apresentam uma grande diversidade e para a criação de uma cultura judiciária europeia comum é essencial que todos os profissionais de justiça: juízes, procuradores, funcionários e agentes de justiça e advogados possam participar de uma formação adequada no domínio do direito europeu⁷⁰.

Relativamente ao regime linguístico, todas as línguas oficiais são línguas de processo⁷¹ mas, tal como nas restantes instituições, há uma procura para adopção de um número reduzido de “línguas de trabalho”⁷².

O texto apresentado foi escrito de acordo com a antiga ortografia, prévia ao Acordo Ortográfico⁷³.

Bibliografia

50 Anos do Tratado de Roma. Quis Iuris Editora, 2007. ISBN 978-972-724-358-7.

ALVES, Dora Resende. *Cronologia da Construção Europeia Comunitária*. Centro de Cópias da Universidade Portucalense. Policopiado. Janeiro, 2012, 110 páginas.

⁶⁷ E ainda nos termos dos artigos 103.º, 104.º e 105.º do TCEEA.

CAMPOS, João Mota e CAMPOS, João Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu*. 2010, p. 192 e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, p. 433.

⁶⁸ CAMPOS, João Mota e CAMPOS, João Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu*. 2010, pp. 185 e 193 e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, p. 224.

⁶⁹ Comunicação da Comissão Europeia COM(2006) 356 final, pp. 9, 7, 3.

⁷⁰ Resolução 2008/C 299/01 do Conselho (JOUE C 299 de 22.11.2008, p. 2).

⁷¹ Para as Comunidades vinham as línguas oficiais previstas no artigo 314.º do TCE, agora correspondendo ao artigo 55.º do TUE com 23 línguas oficiais.

Ainda Regulamento de Processo do TJ e Decisão n.º 2006/955/CE do Conselho de 18 de Dezembro de 2006 (JOUE L 386 de 29.12.2006).

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, p. 223.

⁷² Inglês, francês e alemão.

⁷³ Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, convenção internacional assinada pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Publicado no DR n.º 193, I-A Série, de 23 de Agosto de 1991, pp. 4370 a 4388, foi ratificado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 de 16 de Maio no DR n.º 145, I Série, de 29 de Julho, p. 4802, e pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008 de 29 de Julho. A Resolução da AR prevê um período de transição pelo prazo de 6 anos para adopção oficial da nova ortografia, a contar de 13 de Maio de 2009, data do depósito do instrumento de ratificação, segundo o Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros n.º 255/2010 de 17 de Setembro, no DR n.º 182, I Série, p. 4116.

O Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de Dezembro de 2010 indica o conversor Lince como ferramenta gratuita de conversão ortográfica para a nova grafia, disponível na Internet em www.portaldalinguaportuguesa.org e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011 de 25 de Janeiro de 2011 aprova a introdução da nova grafia a partir do ano lectivo de 2011/2012 através de uma adopção gradual do processo de conversão ortográfica.

As instituições, órgãos e organismos da União Europeia decidiram aplicar, a partir de 1 de Janeiro de 2012, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. A partir dessa data, os textos publicados no Jornal Oficial da União Europeia serão redigidos segundo as regras da nova ortografia, admitindo-se um período inicial de coexistência das duas ortografias. Aviso constante do respectivo Jornal Oficial no mês de Dezembro (nomeadamente JOUE C 350 de 01.12.2011 e C 351 de 02.12.2011).

Na Região Autónoma dos Açores houve a preocupação de expressamente pela Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 83/2011, de 6 de Junho e pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 7/2012/A de 24 de Janeiro determinar a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a partir de 1 de Janeiro de 2012, a todos os serviços, organismos e publicações oficiais.

——— *As instituições comunitárias*. Centro de Cópias da Universidade Portucalense. Policopiado. Dezembro de 2008. (desatualizado)

——— *As fontes de direito comunitário*. Centro de Cópias da Universidade Portucalense. Policopiado. Março de 2011.

——— “Notas sobre O TRATADO DE LISBOA de 13 de Dezembro de 2007” in *Maia Jurídica Revista de Direito*, Associação Jurídica da Maia, Ano V, Número 2, Julho-Dezembro de 2007, pp. 65 a 78.

——— “Normas e Decisões de Direito Comunitário” in *Revista Jurídica*. Universidade Portucalense. ISNN 0874-2839.

——— e SILVA, Maria Manuela Magalhães. *Colectânea de Direito Público*. Porto: Centro de Cópias António Silva Lemos, Artes Gráficas, Lda., 1999. Depósito Legal n.º 135408/99 e ISBN 972-8282-20-6. (desatualizado)

ALVES, Jorge J. Ferreira. *Lições de Direito Comunitário*. I Vol. 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora. 1992.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *ABC do Direito Comunitário*. Comissão Europeia.

CAMPOS, João Mota. *Direito Comunitário*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Vol. I a IV.

——— *Manual de Direito Comunitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 5.ª ed., 2007.

——— e CAMPOS, João Luiz Mota – *Manual de Direito Europeu – O sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*. Coimbra: Wolters Kluwer | Coimbra Editora. 6.ª ed., Março de 2010.

CANCELA OUTEDA, Celso. *El proceso de constitucionalización de la Unión Europea – de Roma a Niza*, 563 p., ISBN 84-8121-889-8, Edição Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2001, Universidade de Santiago de Compostela: Publicacións da Cátedra Jean Monnet, n.º 3, p. 354 e ss.

Constituição da Europa. Porto Editora, 2005. ISBN 972-0-06716-0.

Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976, na versão da 7.ª Revisão constitucional (Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto) (texto simples), edição de Maria Manuela Magalhães Silva, Instituto Superior Bissaya-Barreto, 2007. ISBN 978-972-98887-5-5.

COSTA, José Manuel Moreira Cardoso da. “O Tribunal Constitucional português e o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias” in *Ab uno ad omnes – 75 anos da Coimbra Editora*. pp. 1363 a 1380.

CUNHA, Paulo de Pitta e. *Direito Institucional da União Europeia*. Almedina, 2004. ISBN 972-40-2332-X. 215 p.

DERO-BUGNY, Delphine. “Le livre vert” de la Commission européenne in *Revue trimestrielle de droit européen*. 41, n.º 1, janv.-mars 2005. Paris: Dalloz. ISSN 0035-4317. pp. 81 a 104.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito Comunitário*. Coimbra: Livraria Almedina. 5.º ed., 2008. ISBN 978-972-40-3666-3.

——— *Direito da União*. Coimbra: Livraria Almedina. 6.º ed., 2010. ISBN 978-972-40-4386-9.

——— *Tratado de Lisboa*. 3.º ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4475-0.

HEN, Christian e LÉONARD, Jacques. *O essencial sobre a União Europeia*. 1.ª ed. Bizâncio: 2002. ISBN 972-53-0175-7. 213 p. pp. 36 a 39.

Jornal Oficial da União Europeia em <http://eur-lex.europa.eu>.

MOURRE, Michel. *Dicionário de História Universal*. Volumes, I, II e III. Edições Asa, 1998.

MOUSSIS, Nicolas. Le traité de Lisbonne: une constitution sans en avoir le titre in *Revue du Marché commun et de l'Union européenne*. N.º 516, mars 2008. pp. 161 a 168.

NUNES, A. J. Avelãs. *A Constituição Europeia – a constitucionalização do neoliberalismo*. Coimbra Editora, 2006. ISBN 972-32-1389-3.

PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Á.. “El proceso de integración comunitário en marcha: de la CECA a los Tratados de Roma (1951-1957)” in *El Tratado de Roma en su Cincuenta Aniversario (1957-2007)*. Editorial Comares. 2007. ISBN 8498362245. pp. 1 a 19.

QUADROS, Fausto de. *Direito da União Europeia – direito constitucional e administrativo da União Europeia*. Almedina, 2004. ISBN 972-40-2334-6. 606 p.

Parlamento Europeu. *50 Anos de Europa – os grandes textos da construção europeia*. 2.^a ed.. 2001. 384 páginas.

RAMOS, Rui Moura. “As Comunidades Europeias – enquadramento normativo-institucional”. *Das Comunidades à União – estudos de direito comunitário*. 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora. 1997.

RODRÍGUEZ IGLESIAS, Gil Carlos. *El Tribunal de Justicia y la reforma institucional de la Unión Europea*. Abril, 2000. Em http://curia.europa.eu/pt/instit/presentationfr/index_savoirplus.htm, consulta em 12.11.2008.

SILVEIRA, Alessandra. “A responsabilidade do Estado-juiz por violação do direito da União Europeia à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça” in *Scientia Iuridica*. Tomo LVII, n.º 315. Julho-Setembro 2008, pp. 427 a 452.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *El futuro del sistema jurisdiccional de la Unión Europea*. Em http://curia.europa.eu/pt/instit/presentationfr/index_savoirplus.htm, consulta em 12.11.2008.

VILAÇA, José Luís e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Tratado de Nice*. Coimbra: Livraria Almedina, 5.^a edição, 2009. ISBN 9789724038131.

Documentação

Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento e ao Conselho sobre a formação judiciária na União Europeia de 29.06.2006, documento COM(2006) 356 final.

Nota informativa do Tribunal de Justiça 2005/C 143/01 relativa à apresentação de pedidos de decisão prejudicial pelos órgãos jurisdicionais nacionais (JOUE C 143 de 11.06.2005, pp. 1 a 4).

Resolução 2008/C 299/01 do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho relativa à formação dos juizes, procuradores e agentes de justiça na União Europeia (JOUE C 299 de 22.11.2008, pp. 1 a 4).

Anexo

Os textos pelos quais se rege o funcionamento das instituições e órgãos do universo comunitário transcendem os artigos dos Tratados institutivos e pormenoriza-se em documentos por vezes de difícil acesso e de ainda mais difícil garantia de actualidade.

As instituições da União Europeia encontram os princípios gerais sobre o seu funcionamento previstos nos Tratados: Tratado da União Europeia (TUE) e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Mas é o próprio direito originário que determina que cada órgão preveja o seu funcionamento interno, estabelecendo as regras pormenorizadas através do direito derivado publicitado no Jornal Oficial da União Europeia (<http://eur-lex.europa.eu>).

A pesquisa sobre quais **os regulamentos internos** das principais instituições comunitárias foi matéria de difícil acesso mas pode descortinar-se o interesse de conhecer esses textos que, hoje, se acedem em trabalho facilitado pela disponibilidade de dados no endereço electrónico da União Europeia (<http://europa.eu>).

As instituições comunitárias fundamentais e os órgãos auxiliares e outros organismos que foram e vão sendo criados na estrutura organizacional da União Europeia constituem hoje, só por si, um ramo de atenção dentro do direito comunitário – o direito institucional, com a base no artigo 13.º do TUE. A sua constituição, o que rege o seu funcionamento, a quem cabe a presidência, como se estabelece a sua regulamentação interna, até o local da sua sede⁷⁴, tudo forma um conjunto de regras que pode ser já autonomizado para estudo, que merece lugar próprio.

Apresenta-se uma resenha dos documentos anteriores e dos actualmente em vigor e alterações ocorridas, no que toca aos tribunais.

⁷⁴ Fixado em Protocolo relativo à localização das sedes das Instituições e de certos organismos e serviços das Comunidades Europeias e da EUROPOL, Protocolo anexo ao Tratado da União Europeia e aos Tratados que instituem a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (JOCE C 340 de 10.11.1997, p. 112).

Hoje, relativamente à sede das instituições, vale o artigo 341.º do TFUE e o Protocolo relativo à localização das sedes das Instituições, órgãos e de certos organismos e serviços da União Europeia, Protocolo anexo aos Tratados, com as alterações pelo Tratado de Lisboa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Artigos 13.º, n.º 1, e 19.º do TUE e 251.º a 281.º do TFUE

Artigo 281.º TFUE

ESTATUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Novo texto do Estatuto do Tribunal de Justiça foi anexo ao Tratado de Nice
JOCE C 80 de 10.03.2001, p. 1

Alterado em :

	JOUE L 188 de 26.07.2003, p. 1
19 de Abril	JOUE L 132 de 29.04.2004, p. 1
26 de Abril	JOUE L 132 de 29.04.2004, p. 5
e rectificada	JOUE L 194 de 02.06.2004, p. 3
2 de Novembro de 2004	JOUE L 333 de 09.11.2004, p. 7
3 de Outubro de 2005	JOUE L 266 de 11.10.2005, p. 60
e rectificada	JOUE L 301 de 18.11.2005
20 de Dezembro de 2007	JOUE L 24 de 29.01.2008, p. 42

PROTOCOLO (N.º 3) RELATIVO AO
ESTATUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA
anexo ao Tratado de Lisboa

JOCE C 83 de 30.03.2010, pp. 210 a 229

REGULAMENTO DE PROCESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O primeiro Regulamento Interno do Tribunal de Justiça criado sob o Tratado CECA foi publicado no Jornal Oficial da CECA em 7 de Março de 1953, data a partir da qual puderam ser apresentados nesse Tribunal os recursos previstos pelo Tratado de Paris de 1951.

Artigo 253.º, § 6.º, TFUE

Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias

de 19 de Junho de 1991

JOCE L 176 de 04.07.1991, p. 7
Rectificado por : JOCE L 383 de 29.12.1992, p. 117

Alterado em:

21 de Fevereiro de 1995	JOCE L 44 de 28.02.1995, p. 61
11 de Março de 1997	JOCE L 103 de 19.04.1997, p. 1
e rectificado por	JOCE L 351 de 23.12.1997, p. 72
16 de Maio de 2000	JOCE L 122 de 24.05.2000, p. 43
28 de Novembro de 2000	JOCE L 322 de 19.12.2000, p. 1
3 de Abril de 2001	JOCE L 119 de 27.04.2001, p. 1
Versão codificada :	2001/C 34/01 JOCE C 34 de 01.02.2001, p. 1
	2003/C 193/01 JOUE C 193 de 14.08.2003, p. 1
17 de Setembro de 2002	JOCE L 272 de 10.10.2002, p. 24
e rectificado por	JOCE L 281 de 19.10.2002, p. 24
8 de Abril de 2003	JOUE L 147 de 14.06.2003, p. 17
10 de Junho de 2003	JOUE L 172 de 10.07.2003, p. 12
19 de Abril de 2004	JOUE L 132 de 29.04.2004, p. 2
20 de Abril de 2004	JOUE L 127 de 29.04.2004, p. 107
12 de Julho de 2005	JOUE L 203 de 04.08.2005, p. 19
18 de Outubro de 2005	JOUE L 288 de 29.10.2005, p. 51
18 de Dezembro de 2006	JOUE L 386 de 29.12.2006, p. 44
e rectificado por	JOCE L 332 de 18.12.2007, pp. 108 e 109
15 de Janeiro de 2008	JOUE L 24 de 29.01.2008, p. 39
8 de Julho de 2008	JOUE L 200 de 29.07.2008, p. 18
23 de Junho de 2008	JOUE L 200 de 29.07.2008, p. 20
13 de Janeiro de 2009	JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 8
(nova designação para Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça)	
23 de Março de 2010	JOUE L 92 de 13.04.2010, pp. 12 e 13

Versão consolidada do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça

2010/C 177/01

JOUE C 177 de 02.07.2010, pp. 1 a 36

24 de Maio de 2011

JOUE L 162 de 22.06.2011, p. 17

<http://curia.europa.eu>

Regime Pecuniário dos membros da Comissão e do Tribunal de Justiça, que fixa o regime pecuniário do presidente e dos membros da Comissão, do presidente, dos juízes, dos advogados-gerais e do escrivão do Tribunal de Justiça, bem como do presidente, dos membros e do escrivão do Tribunal de Primeira Instância

Regulamento n.º 422/67/CEE e n.º 5/67/Euratom do Conselho, de 25 de Julho de 1967, JOUE L 33 de 5.2.2005, p. 1 alterado pelo Regulamento (CE, Euratom) n.º 202/2005 do Conselho, de 18 de Janeiro de 2005.

CAMPOS, João Mota e CAMPOS, J. Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu ...* 2010, pp. 181 a 194.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, pp. 223 a 235.

TRIBUNAL GERAL

DECISÃO QUE INSTITUI O TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Decisão do Conselho 88/591/CECA, CEE, Euratom de 24 de Outubro de 1988

	JOCE L 319 de 25.11.1988, p. 1
e rectificada por	JOCE L 241 de 17.08.1989, p. 4
Alterada em :	
8 de Junho de 1993	JOCE L 144 de 16.06.1993, p. 21
	JOCE C 241 de 29.08.1994, p. 24
26 de Abril de 1999	JOCE L 144 de 01.05.1999, p. 52

(revogada pelo 10.º do Tratado de Nice)

Artigos 19.º, n.º 1, do TUE e 254.º a 256.º do TFUE

Artigo 254.º, § 5.º, TFUE

REGULAMENTO DE PROCESSO DO TRIBUNAL GERAL

Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância

de 2 de Maio de 1991

	JOCE L 136 de 30.05.1991, p. 1
Rectificado por :	JOCE L 317 de 19.11.1991, p. 34
Alterado em :	
15 de Setembro de 1994	JOCE L 249 de 24.09.1994, p. 17
17 de Fevereiro de 1995	JOCE L 44 de 28.02.1995, p. 64
6 de Julho de 1995	JOCE L 172 de 22.07.1995, p. 3
12 de Março de 1997	JOCE L 103 de 19.04.1997, p. 6
e rectificado por	JOCE L 351 de 23.12.1997, p. 72
17 de Maio de 1999	JOCE L 135 de 29.05.1999, p. 92
6 de Dezembro de 2000	JOCE L 322 de 19.12.2000, p. 4
Versão codificada :	JOCE C 34 de 01.02.2001, p. 41
2003/C 193/02	JOUE C 193 de 14.08.2003, p. 41
21 de Maio de 2003	JOUE L 147 de 14.06.2003, p. 22
21 de Abril de 2004	JOUE L 127 de 29.04.2004, p. 108
19 de Abril de 2004	JOUE L 132 de 29.04.2004, p. 3
12 de Outubro de 2005	JOUE L 298 de 15.11.2005, p. 3
e rectificado por	JOUE L 250 de 14.09.2006, p. 35
	JOUE L 157 de 21.06.2005, p. 203

18 de Dezembro de 2006	JOUE L 386 de 29.12.2006, p. 45
12 de Junho de 2008	JOUE L 179 de 08.07.2008, p. 12
	JOUE L 200 de 29.07.2008, p. 18
14 de Janeiro de 2009	JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 9
16 de Fevereiro de 2009	JOUE L 60 de 04.03.2009, p. 3
7 de Julho de 2009	JOUE L 184 de 16.07.2009, pp. 10 e 11
(nova designação para Regulamento de Processo do Tribunal Geral)	
26 de Março de 2010	JOUE L 92 de 13.04.2010, pp. 14 a 16
Versão consolidada do Regulamento de Processo do Tribunal Geral	
2010/C 177/02	JOUE C 177 de 02.07.2010, pp. 37 a 70
24 de Maio de 2011	JOUE L 162 de 22.06.2011, p. 18

Artigo 254.º, § 4.º, TFUE

Instruções ao secretário do TPICE	
de 3 de Março de 1994	JOCE L 78 de 22.03.1994, p. 32
Alteradas em :	
29 de Março de 2001	JOCE L 119 de 27.04.2001, p. 2
5 de Junho de 2002	JOCE L 160 de 18.06.2002, p. 1
Novas Instruções ao secretário do Tribunal Geral	
de 5 de Julho de 2007	JOUE L 232 de 04.09.2007, p. 1
Rectificadas e substituídas no	JOUE L 267 de 12.10.2007, pp. 23 a 28
Alteradas em :	
17 de Maio de 2010	JOUE L 170 de 06.07.2010, pp. 53 a 56
24 de Janeiro de 2012	JOUE L 68 de 07.03.2012, pp. 20 a 22
Instruções Práticas às Partes	
	de 5 de Julho de 2007
Alteradas em :	
16 de Junho de 2009	JOUE L 184 de 16.07.2009, pp. 8 e 9
17 de Maio de 2010	JOUE L 170 de 06.07.2010, pp. 49 a 52
8 de Junho de 2011	JOUE L 180 de 08.07.2011, p. 52
Novas Instruções Práticas às Partes	
de 24 de Janeiro de 2012	JOUE L 68 de 07.03.2012, pp. 23 a 41
Rectificadas no	JOUE L 73 de 13.03.2012, p. 23

CAMPOS, João Mota e CAMPOS, J. Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu ...* 2010, pp. 195 a 197.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, pp. 237 a 243.

TRIBUNAL DA FUNÇÃO PÚBLICA DA UNIÃO EUROPEIA

Legislação aplicável:

Artigos 225.º-A e 236.º do TCE

Declaração n.º 16 adoptada pela Conferência Intergovernamental anexa ao Tratado de Nice.

DECISÃO DO CONSELHO 2004/752/CE, Euratom de 2 de Novembro de 2004, JOUE L 333 de 09.11.2004, pp. 7 a 11

Decisão que institui o Tribunal da Função Pública da União Europeia, tendo em conta a previsão do artigo 225.º-A do TCE e a Declaração n.º 16 anexa ao Tratado de Nice. Cria um órgão jurisdicional específico para o contencioso da função pública, fazendo parte integrante da instituição Tribunal de Justiça.

Pela Decisão do Conselho 2005/150/CE, Euratom, de 18 de Janeiro de 2005, estabelecem-se as regras a que devem obedecer a apresentação e instrução das candidaturas com vista à nomeação dos juizes do Tribunal da função pública da União Europeia (JOUE L 50 de 23.02.2005).

Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça anexo ao Tratado de Nice, Anexo I.

PROTOCOLO (N.º 3) RELATIVO AO
ESTATUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA
anexo ao Tratado de Lisboa, Anexo I

JOCE C 83 de 30.03.2010, pp. 226 a 229

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, JOUE L 325 de 12.12.2005, pp. 1 e 2

Decisão do Presidente do Tribunal de Justiça que confirma a legal constituição do Tribunal da Função Pública da União Europeia, criado pela Decisão 2004/752/CE, Euratom do Conselho de 2 de Novembro de 2004 (JOUE L 333 de 09.11.2005), nos termos do artigo 225.º-A do TCE.

2007/C 223/01, JOUE C 223 de 22.09.2007, pp. 1 e 2

Informação oriunda das instituições e órgãos da União Europeia com o Código de Conduta do Tribunal de Justiça, com certas obrigações para os membros do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Primeira Instância e do Tribunal da Função Pública.

JOUE L 249 de 25.09.2007, pp. 3 a 7

Publicação das **Instruções ao Secretário do Tribunal da Função Pública da União Europeia**, de 19 de Setembro de 2007.

JOUE L 69 de 13.03.2008, pp. 13 a 33

Novo documento “**Instruções práticas às partes sobre o processo judicial no Tribunal da Função Pública da União Europeia**”.

Artigos 19.º, n.º 1, do TUE e 257.º do TFUE

Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia

de 25 de Julho de 2007

JOUE L 225 de 29.08.2007, pp. 1 a 29

Rectificado por: JOUE L 69 de 13.03.2008, p. 37

Alterado em :

14 de Janeiro de 2009

JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 10

17 de Março de 2010

JOUE L 92 de 13.04.2010, pp. 17 e 18

Versão consolidada do Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia
2010/C 177/03

JOUE C 177 de 02.07.2010, pp. 71 a 100

24 de Maio de 2011

JOUE L 162 de 22.06.2011, p. 19

CAMPOS, João Mota e CAMPOS, J. Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu...* 2010, p. 198.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

Artigos 13.º, n.º 1 e 3, do TUE e 285.º a 287.º do TFUE

Artigo 287.º, n.º 4, § 5.º, TFUE

Criado pelo Tratado de Bruxelas em 22 de Julho de 1975,
com entrada em vigor em 1 de Junho de 1977.

Regulamento Interno de 31 de Janeiro de 2002

JOCE L 210 de 06.08.2002, pp. 1 a 7

Regulamento Interno de 15 de Novembro de 2004

JOUE L 18 de 20.01.2005, pp. 1 a 8

Regulamento Interno de 11 de Março de 2010

JOUE L 103 de 23.04.2010, pp. 1 a 6

<http://eca.europa.eu>

CAMPOS, João Mota e CAMPOS, J. Luiz Mota. *Manual de Direito Europeu...* 2010, pp. 198 a 206.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito da União*. 2010, pp. 251 e 252.